

**MICROFUNDAÇÕES DA TEORIA INSTITUCIONAL PARA A PERSPECTIVA MULTINÍVEL
NAS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE**

THIAGO FERREIRA QUILICE

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (FEA-
RP/USP)

ROBERTO GONZALEZ DUARTE

MICROFUNDAÇÕES DA TEORIA INSTITUCIONAL PARA A PERSPECTIVA MULTINÍVEL NAS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

Resumo: A relação entre agência e estrutura é tema de grande debate e fonte de problemas tanto na teoria institucional quanto na perspectiva multinível no contexto das transições para a sustentabilidade. Sugere-se que as microfundações da teoria institucional possam contribuir nesse sentido. No entanto, a noção de dualismo estrutural, que trata agência e estrutura como elementos opostos no processo de estruturação, impede avanços no entendimento das microfundações das instituições, principalmente no sentido de se compreender como os atores (individuais ou coletivos) absorvem e interpretam a estrutura para, finalmente, agir. Assim sendo, este ensaio propõe a adoção da noção de dualidade estrutural, que considera a estrutura tanto como meio para a ação quanto como resultado dessa ação. Isso pode ser feito por meio da utilização da *strong structuration theory* (SST), o que permitiria uma análise mais adequada de como se dá a relação entre os níveis micro e macro nas transições para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Transições para a sustentabilidade; Agência; Estrutura.

1. INTRODUÇÃO

Iniciativas globais tais como os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) chamam a atenção para diversos desafios que a sociedade enfrenta em relação à sustentabilidade (Markard, Geels, & Raven, 2020). Nos últimos 20 anos, há um crescente número de pesquisadores analisando como os sistemas sociotécnicos - conjuntos de elementos técnicos e sociais com o objetivo de atender a uma demanda da sociedade (Geels, 2002, 2004) – evoluem no sentido de serem mais sustentáveis, ou seja, investigam como ocorrem e como podem ser aceleradas as transições sociotécnicas para a sustentabilidade (Fuenfschilling, 2019; Geels, 2004). As pesquisas em transições para a sustentabilidade consideram, de forma geral, que determinada técnica (tecnologia, prática ou comportamento) se torna institucionalizada em um sistema sociotécnico por ter sido adotada e/ou apoiada por seus diversos stakeholders (parte interessadas). Uma das principais abordagens para a análise de como ocorrem as transições sociotécnicas é a perspectiva multinível (Fuenfschilling, 2019), a qual é baseada em insights de áreas como economia evolucionária, institucionalismo, tecnologia e sociologia da tecnologia. De acordo com essa perspectiva, o desenvolvimento tecnológico ocorre por meio da interação entre os diversos atores dos sistemas sociotécnicos em um processo coevolutivo (Geels, 2004; Roberts & Geels, 2019).

A perspectiva multinível tem origem no trabalho de Rip e Kemp (1998) sobre os processos de mudança tecnológica. Segundo os autores, a difusão de tecnologias não depende apenas de melhorias na tecnologia, mas também de mudanças institucionais, de ideias, de valores e de normas, além de questões relacionadas ao custo das novas tecnologias e à disponibilidade de tecnologias complementares (Rip & Kemp, 1998). Estudos anteriores sobre evolução tecnológica tinham como foco apenas o surgimento da tecnologia, os sistemas de inovação e os aspectos sociais e ambientais analisados estavam limitados aos pesquisadores (GEELS, 2002, 2004). Essa perspectiva considera também que mudar uma técnica não é um processo simples, já que a evolução necessária é do tipo coevolutiva e deve ocorrer entre os diversos elementos do sistema. Isso significa que a alteração em um elemento depende da alteração em diversos outros, ou seja, para que diversos elementos coevoluam, é preciso que os interesses de todos os stakeholders estejam alinhados. No entanto, isso nem sempre ocorre, mesmo que para a sociedade, de uma forma geral, a mudança fosse o melhor caminho (Fuenfschilling, 2019; Fuenfschilling & Truffer, 2014, 2016).

A teoria institucional é considerada uma das mais adequadas para a análise das transições em sistemas sociotécnicos (Fuenfschilling, 2019; Geels, 2004, 2020). Conceitua-se instituição como um conjunto de regras, normas e valores que restringem ou habilitam o comportamento dos agentes (Fuenfschilling & Truffer, 2016; Geels, 2004; Scott, 2014). Na teoria institucional, há um extenso debate sobre a primazia da agência ou da estrutura na análise

de processos de manutenção ou mudança institucionais (Cardinale, 2018), que acaba por ser refletido nos estudos sobre transições para a sustentabilidade. A primazia da agência, contemplada no chamado velho institucionalismo (*old institutionalism*), argumenta que os atores, de uma forma consciente, reflexiva e estratégica, escolhem cursos de ação com base nos resultados esperados, e que a capacidade para essa análise depende de fatores individuais, organizacionais ou sociais. Já a primazia da estrutura, discutida no neoinstitucionalismo (*new institutionalism*), substitui essa consciência reflexiva por uma consciência prática (*practical consciousness*), segundo a qual os atores são influenciados pelas instituições por meio de entendimentos pré-conscientes compartilhados por eles, o que restringe sua capacidade de ação às opções de ações compatíveis com esses entendimentos. Todavia, abordagens mais recentes, baseadas principalmente na teoria da estruturação de Anthony Giddens, têm evoluído no sentido de reconciliar velho e novo institucionalismos. As principais delas são: (i) trabalho institucional, que destaca as ações a serem desempenhadas pelos atores para que influenciem as instituições e (ii) lógicas institucionais, que abordam como os agentes produzem e reproduzem instituições baseados em determinados padrões históricos socialmente construídos (Cardinale, 2018; DiMaggio & Powell, 1991; T. B. Lawrence & Suddaby, 2006; Scott, 2014; Thornton, Ocasio, & Lounsbury, 2012).

Os primeiros trabalhos da área de transições para a sustentabilidade (GEELS, 2004) se aproximavam mais do neoinstitucionalismo e discutiam como as estruturas (conjunto de regras, normas e valores) que restringem ou habilitam o comportamento dos agentes mudavam ao longo do tempo de forma a possibilitar que uma tecnologia fosse substituída por outra. Esses estudos consideraram as instituições como muito uniformes ao moldarem o comportamento dos agentes, não permitindo identificar tensões e contradições institucionais (Fuenfschilling & Truffer, 2014) ou analisar o processo de tomada de decisão dos atores (Geels, 2011). Nesse sentido, surgiram trabalhos que adotaram abordagens diferentes, tais como lógicas institucionais (Fuenfschilling & Truffer, 2014), trabalho institucional (Fuenfschilling & Truffer, 2016) e perspectiva multinível da agência (Geels, 2020), para analisar a relação dinâmica entre estrutura e agência nos estudos sobre transições para a sustentabilidade (Fuenfschilling, 2019). Esses estudos contribuíram tanto para as investigações sobre como os agentes podem atuar na alteração de regras, normas e valores como para o entendimento das situações que favorecem essas transições.

No entanto, essas vertentes se embasam em uma interpretação da teoria da estruturação de Giddens (1984), a qual considera que a ação é ‘possibilitada e restringida pela estrutura’ (*by structure*) (Cardinale, 2019; Lok & Willmott, 2019). Essa interpretação levou ao surgimento de um paradoxo, conhecido como *paradox of embedded agency* (Holm, 1995; Lok & Willmott, 2019; Seo & Creed, 2002), que consiste no seguinte questionamento: “[c]omo os atores podem mudar as instituiçõesⁱ se suas ações, intenções e racionalidade são condicionadas pela própria instituição que desejam alterar?”ⁱⁱ (Holm, 1995, p. 398).

A interpretação de que a ação é ‘possibilitada e restringida pela estrutura’ tem origem em uma compreensão equivocada de duas das proposições de Giddens (1979, 1984): (i) de que a estrutura é tanto um meio para a ação quanto um resultado dessa ação (Lok & Willmott, 2019) e (ii) de que a estrutura é algo virtual que possui presença no espaço-tempo apenas no momento da ação e na memória dos atores. Archer (1982) alega que essas proposições não são passíveis de utilização empírica e destaca pelo menos dois motivos para sustentar sua crítica: (i) a estreita ligação entre estrutura e agência resulta em uma conflação (*conflation*), ou seja, torna-se impossível estudar como ambas se relacionam; (ii) é preciso haver uma estrutura anterior ao momento da ação, e isso não está contemplado na teoria da estruturação (Stones, 2005). Para defender seu posicionamento, Archer (1982) sugere uma separação entre agência e estrutura por meio de um processo estruturacional, chamado ciclo morfogenético, que se desenvolve em três fases: (i) condicionamento do ator pela estrutura; (ii) ação do ator; e (iii) alteração da

estrutura pelo ator. Esse processo foi posteriormente adotado no âmbito da teoria institucional por Barley e Tolbert (1997), os quais propuseram uma versão adaptada do ciclo morfogênico. O resultado dessa adaptação deu origem ao então chamado modelo sequencial da institucionalização, que possui quatro fases: (i) a estrutura condiciona os modelos mentais adotados pelos atores, (ii) os atores utilizam esses modelos mentais para agir, (iii) os atores revisam ou replicam os modelos mentais baseados nos resultados da ação e (iv) o modelo mental é objetificado na estrutura e após vários ciclos se torna uma instituição (Barley & Tolbert, 1997). Ainda de acordo com Archer (1982), a relação entre agência e estrutura deve ser considerada um dualismo, ou seja, um fenômeno dividido em duas partes opostas. Dessa concepção, surge o *paradox of embedded agency*, dada a separação entre agência e estrutura nos ciclos estruturacionais.

Assim sendo, a interpretação ‘equivocada’ da teoria da estruturação de Giddens (1984) e o conseqüente *paradox of embedded agency* resultam em pelo menos quatro problemas e/ou inconvenientes para as microfundações da teoria institucional e, conseqüentemente, para as microfundações da perspectiva multinível: (i) esforços e recursos importantes são direcionados à resolução de um paradoxo que poderia ser um *phantom problem* (Lok & Willmott, 2019) e, portanto, não existir. Entre esses esforços, podem-se destacar os trabalhos de Battilana e D’Aunno (2009), Thornton et al. (2012) e Cardinale (2018), os quais propõem diversas soluções ao *paradox of embedded agency*; (ii) mesmo que diversas abordagens teóricas busquem o equilíbrio entre estrutura e agência, as teorizações são frágeis no sentido de permitirem tanto tendências à primazia da agência sobre a estrutura quanto tendências à primazia da estrutura sobre a agência; (iii) por sua vez, teorizações imprecisas ou incompletas da relação entre estrutura e agência impedem avanços no entendimento das microfundações das instituições, principalmente no sentido de se compreender como os atores absorvem e interpretam a estrutura para, finalmente, agir (Powell & Rerup, 2017); (iv) por fim, boa parte da literatura sobre instituições entende os elementos poder e posicionamento como razões para explicar a manutenção ou a mudança estruturais, mas não considera adequadamente o elemento conhecimento, que possui tanta importância quanto poder e posicionamento, conforme será discutido na Seção 3 deste ensaio (Stones, 2005).

Adicionalmente, Meyer e Vaara (2020) sugerem que a metáfora que propõe que os agentes estão incorporados ou embutidos (*embedded*) na estrutura é prejudicial ao desenvolvimento da teoria institucional e que instituições e atores deveriam ser considerados elementos co-constituídos e co-construídos, ou seja, como construções sociais inextricavelmente ligadas uma a outra, auxiliando na superação da divisão micro e macro na análise de processos de mudanças institucionais.

Neste ensaio, sugere-se o avanço das microfundações da teoria institucional por meio da discussão da *strong structuration theory* (SST) (Stones, 2005) faria com que o *paradox of embedded agency* deixasse de existir (Lok & Willmott, 2019) e que a relação entre agência e estrutura passasse a ser melhor analisada e compreendida (Cardinale, 2018; Meyer & Vaara, 2020). Para isso, a Seção 2 analisa e critica três abordagens da teoria institucional que foram utilizadas na perspectiva multinível no contexto das transições para a sustentabilidade; a Seção 3 apresenta a SST como direcionamento para o esclarecimento da “confusão” em relação ao *paradox of embedded agency*; e a Seção 4 discute algumas considerações finais.

2. A RELAÇÃO ENTRE AGÊNCIA E ESTRUTURA NA TEORIA INSTITUCIONAL E NA PERSPECTIVA MULTINÍVEL: O PROBLEMA DECORRENTE DO PARADOX OF EMBEDDED AGENCY

Essa seção apresenta como o *paradox of embedded agency* é tratado em três das principais vertentes da teoria institucional que se baseiam na interpretação de que a ação é ‘possibilitada e restringida pela estrutura’ (*by structure*) ao invés de *por meio* dela (Cardinale, 2019; Lok & Willmott, 2019), as quais foram adotadas em trabalhos da perspectiva multinível.

2.1. Trabalho institucional e a perspectiva multinível

Fuenfschilling e Truffer (2016) propuseram a adoção da abordagem de trabalho institucional para a análise das ações dos atores em suas relações com a estrutura. Trabalho institucional pode ser definido como “a ação intencional de indivíduos e organizações no sentido de criar, manter e desfazer instituições” (T. B. Lawrence & Suddaby, 2006). O conceito de trabalhos institucional pode ser entendido como um avanço em relação à noção de empreendedorismo institucional, já que oferece uma percepção mais moderada do ator em relação à sua capacidade de alterar as instituições (Fuenfschilling & Truffer, 2016; T. B. Lawrence, Suddaby, & Leca, 2009).

A perspectiva de trabalho institucional foi concebida por Lawrence e Suddaby (2006) como proposta para equilibrar a oscilação entre a primazia da agência ou da estrutura nos trabalhos institucionais, nos quais o ator era percebido como dopado culturalmente, como em grande parte dos estudos no neo-institucionalismo (Hampel, Lawrence, & Tracey, 2017), ou como um agente “hipermuscular” capaz de grandes alterações na estrutura, conforme ocorria no empreendedorismo institucional (T. B. Lawrence et al., 2009; Thornton et al., 2012).

Dessa forma, discutir o conceito de trabalho institucional no contexto da perspectiva multinível incluiu a análise da agência de forma mais explícita nos estudos sobre transições sociotécnicas (Fuenfschilling & Truffer, 2016). Essa perspectiva é especialmente interessante aos estudo das transições por privilegiarem a investigação de processos, que questiona “porquê” e “como” ao invés da investigação de resultados, que questionaria “o quê” e “quando” (T. Lawrence, Suddaby, & Leca, 2011), já que transições são basicamente processos de mudança.

Lawrence e Suddaby (2006) propõem uma lista de tipos de trabalho que podem criar, manter ou desfazer instituições. As formas de trabalho institucional para a criação de instituições são: defesa, definição, aquisição, construção de identidade, mudança de associações normativas, construção de redes normativas, mimetismo, teorização e educação. As formas de trabalho institucional para a manutenção de instituições são: habilitação de trabalho, policiamento, dissuasão, valorização e demonização, ‘mitologização’ e incorporando e ‘rotinização’. E as formas de trabalho institucional para desfazer instituições são: trabalhando com aparatos estatais para retirar recompensas e sanções de algum conjunto de práticas, tecnologias ou regras, desassociar fundamentos morais e minar suposições e crenças (Fuenfschilling & Truffer, 2016; T. B. Lawrence & Suddaby, 2006).

No entanto, considerando a necessidade de uma teoria que trate das microfundações das instituições, ou seja, de como ações em níveis mais micro são influenciadas por e influenciam níveis mais macro, a perspectiva de trabalho institucional ainda possui muita ênfase na intensionalidade dos atores e não oferece uma teorização explícita sobre como a estrutura influencia o ator ao mesmo tempo que ele a influencia, ou seja, o *paradox of embedded agency* (Cardinale, 2018).

No contexto do trabalho institucional, Hampel et al. (Hampel et al., 2017) afirmam que o *paradox of embedded agency* seria ‘menos um paradoxo’ e ‘mais uma descrição’ de como as pessoas enfrentam as instituições diariamente. Por outro lado, Battilana e D’Aunno (2009) afirmam que esse paradoxo é uma questão central na teoria institucional e que é preciso resolvê-lo. Os autores apontam a necessidade de se investigar a agência humana para se compreender os fatores que permitem que os atores se envolvam em trabalho institucional. Para isso, Battilana e D’Aunno (2009) recorrem à proposta de visão multidimensional da agência, de Emirbayer e Mische (1998).

Segundo a visão multidimensional da agência, há três aspectos da agência que agem em conjunto, mas que podem ser analisados separadamente: iteração (*iteration*), projetividade (*projectivity*) e avaliação prática (*practical evaluation*) (Emirbayer e Mische, 1998): (i) iteração, que literalmente significaria a repetição de um processo, refere-se à utilização de padrões de comportamento e de esquemas mentais que foram rotineiramente incorporados na

atividade prática. Esse aspecto tem relação a como o ator se baseia no passado para agir e corresponder a ações menos reflexivas, porém ainda agênticas, que coordenam as ações rotineiras e habituais. (ii) Projetividade refere-se à capacidade de um ator imaginar e projetar possíveis trajetórias futuras de ação. Por meio dessa capacidade, os atores poderiam transformar, de forma criativa e bastante reflexiva, estruturas passadas de pensamento e ação, principalmente para se adequarem a esperanças, medos e desejos que possuam. Emirbayer e Mische (1998) afirmam que essa transformação seria feita de forma culturalmente incorporada e não livre e voluntarista. (iii) Avaliação prática refere-se à “capacidade dos atores de fazer julgamentos práticos e normativos entre possíveis trajetórias alternativas de ação em resposta às demandas, dilemas e ambiguidades emergentes das situações em evolução” (p. 971). Para Emirbayer e Mische (1998), esses três aspectos estão envolvidos, ao mesmo tempo, em maior ou menor grau em todas as ações dos agentes, sendo que a agência iterativa possuiria menos reflexividade e as agências projetiva e prático-avaliativa teriam mais reflexividade. Segundo os autores, “à medida que os atores alteram ou alternam entre suas orientações agênticas [aspectos de iteração, projetividade e avaliação prática], eles podem aumentar ou diminuir sua capacidade de invenção, escolha e impacto transformador em relação aos contextos situacionais em que atuam” (p. 1003). Dessa forma, sugerem que os atores podem estar em maior ou menor grau sob influência da estrutura.

O trabalho de Emirbayer e Mische (1998) apresenta avanços e *insights* no entendimento da relação entre agência e estrutura, porém, ao mesmo tempo em que reconhecem o valor da teoria da estruturação, distorcem alguns de seus elementos. Os autores concordam que os trabalhos de Giddens representaram uma importante contribuição em relação à “intransponível oposição” entre agência e estrutura (p. 1002), porém criticam que essa contribuição venha acompanhada de desvantagens teóricas por levarem à falácia da confluência central (Archer, 1982), que ocorre quando dois elementos são tão intimamente entrelaçados que torna-se impossível examiná-los ou estudar sua interação. Emirbayer e Mische (1998) propõem então que a estrutura nunca está tão profundamente entrelaçado com todos os aspectos da agência, a ponto de não ser possível examinar esses elementos independentemente um do outro. Mesmo que afirmem que o ator nunca é livre da estrutura, o trabalho de Emirbayer e Mische (1998) sugere que, ao surgirem as condições necessárias, os agentes têm condições de agirem de maneira mais reflexiva e diferente do condicionamento estrutural. Isso está refletido na afirmação de que “[a]o sujeitar suas próprias orientações agênticas à recomposição imaginativa e julgamento crítico, os atores podem se libertar dos padrões passados de interação e reformular seus relacionamentos com as restrições existentes” (Emirbayer & Mische, 1998, p. 1009). Os autores argumentam que as condições necessárias para a possibilidade de maior reflexividade e de julgamento crítico (ou seja, de maior grau da capacidade projetiva) são questões empíricas a serem investigadas.

Essa ‘liberdade do ator’ está implícita nos conceitos de Battilana e D’Aunno (2009) desenvolvidos com base na visão multidimensional da agência. Os autores definem agência como um processo “temporalmente incorporado, esclarecido pelo passado (em seu aspecto habitual), mas também orientado para o futuro (como uma capacidade de imaginar possibilidades alternativas) e para o presente (como uma capacidade de contextualizar hábitos e projetos futuros dentro das contingências do momento)” (p. 47). E conceituam que “os atores individuais não são apenas moldados pelas instituições existentes, mas que, ao se envolverem em trabalhos institucionais, os indivíduos também podem moldar essas instituições, pelo menos em determinadas situações” (p. 45).

A visão multidimensional da agência e as proposições de Battilana e D’Aunno (2009) para a literatura sobre trabalho institucional destacam a propriedade da estrutura de habilitar e restringir o comportamento dos agentes (Cardinale, 2018), mas não discutem as condições estruturais necessárias para a mudança estrutural. Emirbayer e Mische (1998) tratam a estrutura

como algo a ser vencido ou uma barreira a ser a atravessada – “os atores podem se libertar dos padrões passados de interação” (Emirbayer & Mische, 1998, p. 1009). Consideram a relação entre agência e estrutura como um dualismo ao invés de uma dualidade (apesar de não discutirem esses termos). Ao não tratarem a estrutura como um meio para a ação, Emirbayer e Mische (1998) colocam em risco um entendimento mais profundo da relação entre agência e estrutura, principalmente em relação aos elementos necessários para que mudanças ocorram. Se houvesse a concepção de estrutura como também um ‘meio’ para a ação (dualidade da estrutura), o ator poderia (i) tornar-se ciente de elementos estruturais aos quais não conseguia vislumbrar e (ii) de utilizá-los para mudar determinado aspecto dessa estrutura, ao invés de simplesmente capaz de se libertar da estrutura (Stones, 2005).

2.2. Logicas institucionais e a perspectiva multinível

Conforme discutido, um sistema sociotécnico é composto por diversos conjuntos semi-coerentes de regras – regimes – que se institucionalizaram. Essas instituições possibilitam e restringem o comportamento de atores, ao mesmo tempo em que também são moldadas por eles. Uma transição sociotécnica ocorre quando esse conjunto de instituições é profundamente modificado (Fuenfschilling, 2019; Geels, 2004). No entanto, grande parte dos trabalhos empíricos que demonstram esses processos de transição descrevem regimes como regras/instituições muito uniformes e alinhadas (Fuenfschilling, 2019). A teoria se refere a conjunto semi-coerente de regras, mas a pesquisa empírica descreve as regras como sendo bastante alinhadas, o que normalmente não corresponde à realidade. Da mesma forma, os processos de transição são apresentados como uma história linear de mudança sem conflito ou tensão (Fuenfschilling & Truffer, 2014).

Dado que compreender as tensões existentes nos regimes sociotécnicos é parte importante no estudo das transições, Fuenfschilling e Truffer (2014) propuseram uma fundamentação conceitual, com base na teoria institucional, para (i) a “operacionalização e avaliação empírica de regimes sociotécnicos de modo a ‘tornar a força, a homogeneidade e o alinhamento interno dos regimes uma questão empírica ao invés de uma suposição’ (GEELS, 2011, p.30)” e (ii) “avaliar estruturas e graus de estruturação dentro dos sistemas sociotécnicos” (FUENFSCHILLING; TRUFFER, 2014, p. 773-774). Para tanto, dois insights da teoria institucional foram utilizados. Um deles é assumir que os níveis de estruturação dos regimes podem ser considerados graus de institucionalização, em que uma estrutura (regulações, normas, valores, cultura etc.) representa um conjunto de coisas que influenciam a cognição e as práticas dos atores. O outro propõe utilizar o conceito de lógicas institucionais, isto é, as “regras estruturais profundas que coordenam e orientam as percepções e ações dos atores”, para analisar o conteúdo e a coerência dos regimes sociotécnicos, o que permite investigar como estes se estabelecem e como o “grau de institucionalização que possuem influencia a percepção e o comportamento dos atores” (p. 786).

Dessa forma, para os autores, a teoria institucional passaria a contribuir adequadamente com a perspectiva multinível ao apresentar uma visão da relação entre atores e ambiente na qual as características e o comportamento desses indivíduos podem ser explicados por meio da análise dessa relação. Nessa concepção, o ambiente é definido pelo conceito de campo organizacional, ou seja, pelas organizações que constituem uma determinada área da vida institucional, incluindo fornecedores, consumidores, agências regulatórias e concorrentes (Fuenfschilling & Truffer, 2014). Para Fuenfschilling e Truffer (2014), os sistemas sociotécnicos devem ser entendidos como campos organizacionais, porém com foco em tecnologia e nas interrelações entre os elementos materiais e sociais. Segundo os autores, a institucionalização é um processo de crescente estruturação, ou seja, quanto mais estruturada uma realidade, mais influência o indivíduo sofrerá. No entanto, como essa estruturação é construída socialmente, ao mesmo tempo que o indivíduo é afetado pela estrutura, ele participa de sua estruturação.

O processo de institucionalização é gradual e ocorre de acordo com o aumento da “exterioridade” da estrutura, isto é, o grau em que ela é experimentada como parte da realidade e como um “fato coercitivo”. Essa exterioridade é mais percebida quando o nível do discurso é traduzido para a prática por meio de leis, tecnologias, organizações, investimentos e práticas tornadas rotineiras. A etapa final desse processo de institucionalização é a sedimentação de uma instituição, a qual ocorre quando uma instituição está completamente disseminada e já existe há um longo período. Neste ponto, a instituição normatiza o comportamento ou já é tomada como certa, há poucas mudanças e há atores interessados que se engajarão para sua manutenção (Fuenfschilling & Truffer, 2014).

Dessa forma, a instituição deve ser considerada uma variável na análise dos sistemas sociotécnicos, já que o poder de uma estrutura depende do seu grau de institucionalização e esse grau varia conforme a escala e o escopo da difusão, o tempo de existência, a (in)vulnerabilidade a intervenções sociais, a baixa/alta dissidência e a (in)coerência com as demais estruturas. Essa abordagem avança a discussão da perspectiva multinível por não mais considerar as instituições como algo homogêneo. Se uma instituição é uma variável e há graus de institucionalização, é possível a existência de diversas instituições agindo sobre os indivíduos em diferentes graus (Fuenfschilling & Truffer, 2014).

Para a identificação dessas instituições, Fuenfschilling e Truffer (2014) adota o conceito de lógicas institucionais (Thornton et al., 2012). Lógicas institucionais são as diferentes racionalidades (crenças, normas, valores e práticas que moldam a cognição e o comportamento) envolvidas nos vários setores institucionais que compõem a sociedade – os principais setores são família, comunidade, religião, profissão, estado, corporação e família. Essas lógicas são frequentemente contraditórias, o que resulta em conflitos (Thornton & Ocasio, 1999). Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012) caracterizam o conceito de lógicas institucionais como um modelo metateórico para a análise das “interrelações entre instituições, indivíduos e organizações em sistemas sociais” (p. 2).

Ocasio et al. (2017) afirmam que as lógicas institucionais alteraram o cenário da literatura caracterizada como neoinstitucionalismo ao mudarem a ênfase “da teoria da estrutura para a agência incorporada”. E alegam que a ideia de lógicas institucionais deixa de considerar a agência como excessivamente socializada ou determinada pela estrutura para conceber que a “agência baseia-se no pressuposto fundamental de que as lógicas institucionais possibilitam e restringem as ações individuais e que os indivíduos exercem a agência na formação, reprodução e transformação das organizações” (p. 524). As “lógicas institucionais fornecem os blocos cognitivos e simbólicos de como os atores sociais, por meio de suas interações sociais, transformam e produzem estruturas sociais e culturais” (Thornton et al., 2012, p. 98).

Ao mesmo tempo, os estudos sobre lógicas institucionais buscam se afastar de outras abordagens que têm como objetivo reinserir a agência na teoria institucional. Por exemplo, afirmam que o conceito de “trabalho institucional” tende a caracterizar a agência como “não socializada, particularmente no que diz respeito à constituição dos interesses dos atores” (Ocasio et al., 2017, p. 525).

Para Ocasio et al. (2017), o paradoxo da agência incorporada “não é realmente um paradoxo” (p. 524), já que as lógicas institucionais conseguem lidar de forma equilibrada tanto com a influência da estrutura quanto a do agente. Dada a pluralidade institucional, o ator tem à sua disposição uma variedade de lógicas (estruturas que possibilitam e restringem a ação). Segundo os atores, a agência está na possibilidade de o ator escolher e/ou combinar lógicas, as quais também estariam sujeitas a interpretações, variações locais e elaborações dos atores. Cardinale (2018) caracteriza essa ideia de lógicas como uma ‘caixa de ferramentas’ que oferece possibilidades de ação aos agentes. Apesar dessa solução oferecer certo caminho no sentido de uma dualidade estrutural, na qual tanto o ator utiliza a estrutura como meio para a ação quanto, ao mesmo tempo, sua ação pode causar alterações na estrutura, Cardinale (2018) argumenta

que essa vertente não teoriza como o agente escolhe entre as diversas possibilidades de ação. Para o autor, falta a teorização do efeito orientador da estrutura sobre o ator. Principalmente para lidar com esse aspecto é que Cardinale (2018) propõe seu modelo, por meio do qual alega ter resolvido o *paradox of embedded agency*. Esse modelo é discutido na Seção **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

2.3. Modelo multidimensional da agência para a perspectiva multinível

A perspectiva multinível está fundamentada em três teorias: construção social da tecnologia (SCOT), economia evolucionária e teoria neoinstitucional (Geels, 2020). Dessa forma, Geels (2020) propõe que as microfundações da perspectiva multinível devam surgir da discussão de como cada uma dessas teorias entendem e tratam a agência e propõe um ‘modelo multidimensional da agência’.

Geels (2020) considera que a “agência é mais fundamental que a ação, porque se refere às principais características ou propriedades dos atores” (p. 3) e descreve três aspectos desse conceito, os quais embasam sua proposição. O primeiro argumenta que a capacidade de agir de um indivíduo pode estar relacionada a diversas características e/ou propriedades, por exemplo, “rotinas, capacidades, recursos, posições, interpretações, objetivos, interesses, modelos” (p. 3). Por isso a necessidade de um modelo multidimensional, ao contrário do que ocorre em diversas teorias sociais que abordam apenas partes da ação.

O segundo aspecto refere-se a uma defesa da possibilidade de se investigar a agência também em níveis mais agregados e não apenas no nível individual, o que seria, na opinião de Geels (2020), impraticável na perspectiva multinível. São exemplos de atores coletivos: “firmas, movimentos sociais, organizações de consumidores, ministérios” (p. 3) etc. Na teoria institucional também há autores que defendem esse posicionamento (Harmon, Haack, & Roulet, 2019). Geels (2020) segue a opinião de Little (2016) de que para um conjunto de atores ser considerado um ator coletivo, deve possuir as seguintes características: (i) “persistência de características básicas ao longo do tempo”, (ii) “organização estrutural-funcional interna”, (iii) “coesão social entre os indivíduos [...], que derive de sua orientação social para a entidade (sindicatos, comunidades religiosas, grupos étnicos)” e (iv) “uma descrição dos mecanismos socio-materiais específicos através dos quais a identidade e a persistência da entidade são mantidos” (LITTLE, 2016, p. 74). Por fim, o terceiro aspecto diz respeito à agência ser moldada pelos contextos estruturais. Essa consideração evita a proposição de micro teorias voluntaristas que permitam a descrição atores ‘heróicos’. Geels (2020) aponta os seguintes grupos de contextos que podem influenciar a agência, juntamente como alguns exemplos: “[...] culturais (símbolos, discursos, narrativas, categorias), [...] sócio-estruturais (redes e relações sociais), [...] contextos econômicos (transações, fluxos financeiros, concorrentes) e [...] reguladores-institucionais (por exemplo, leis, regulamentos)” (p. 3).

Para lidar com essa relação dinâmica entre o agente e a estrutura, Geels (2020) propõe uma versão expandida e reformulada do ciclo morfogênico de Archer (1982), baseada na revisão de Barley e Tolbert (1997). Ao contrário de considerar a dualidade da estrutura, conforme proposta por Giddens, Archer (1982) propõe, como recurso “artificial e metodológico” (p. 477), a adoção de um dualismo estrutural, por meio do qual seria possível separar estrutura e agência e dessa forma analisar a estrutura em relação à ação e vice-versa.

A adaptação de Geels (2020) do ciclo morfogênico inclui o mecanismo evolutivo da economia evolucionária e possui quatro etapas. O processo de estruturação começa com a influência que uma instituição pré-existente exerce sobre o ator. Como essa influência não é determinística, será interpretada pelo ator. Essa interpretação variará de acordo com certas características do ator e de seu posicionamento, podendo inclusive sofrer alguma variação (primeira etapa de um processo evolutivo).

No momento 2, o ator interage com outros atores no campo em análise, o que pode ocorrer com base em rotinas ou de forma mais estratégica. Esse comportamento está sujeito a

regras formais e a instituições normativas e cognitivas, das quais o ator pode divergir. No momento 3, o ator pode tanto reproduzir as instituições pré-existente, caso não tenha havido nenhuma variação na interpretação e na interação social, quanto transformar essas instituições. Esses processos são chamados morfostase e morphogenesis, respectivamente. No caso de alteração, ou de tentativas de alteração, haverá um processo de seleção, no qual outros atores poderão resistir, principalmente os que seriam mais afetados pela mudança. Por fim, no momento 4, caso não haja mudanças, aquela instituição se torna mais institucionalizada. Caso tenha ocorrido alguma variação que tenha sido selecionada, inicia-se um processo de institucionalização que dependerá de ampla aceitação pela comunidade e aval de atores competentes.

Em relação à maneira como a teoria neoinstitucional lida com a agência, Geels (2020) aponta três críticas: (i) em geral negligencia o papel da tecnologia na transformação de campos organizacionais; (ii) atenção limitada a processos econômicos, como mercado e recursos; e (iii) instituições formais são pouco abordadas. Essas críticas parecem ser apenas parcialmente corretas, já que todas essas questões são trabalháveis por meio da teoria institucional. Inclusive, nenhuma das críticas cita ausência desses elementos, apenas falta de ênfase ou atenção. Dessa forma, acredita-se que a teoria institucional seja suficiente para a adequada análise da relação entre agência e estrutura na perspectiva multinível, no entanto, antes é preciso refletir sobre o *paradox of embedded agency*, o que será feito na próxima seção por meio da discussão da SST (Stones, 2005).

Com base em Emirbayer e Mische (1998), Geels (2020) propõe um modelo multidimensional da agência na perspectiva multinível, a qual é apresentada no Quadro 1. Esse modelo divide as dimensões da agência em três grupos: (i) interacional (quando se refere ao que é repetido ou habitual); (ii) projetivo (quanto prevê novas possibilidades, articulando metas, planos e objetivos); e (iii) prático-avaliativo (quando envolve deliberação, julgamento, escolha, tomada de decisão, execução).

Quadro 1 – Modelo multidimensional da agência na perspectiva multinível.

	Iterational	Projective	Practical-evaluative
SCOT	Action guided by technological frames	Sense-making, visions, expectations, imaginaries.	Interpretations, debates, deliberations.
Evolutionary economics	Action guided by routines, standard-operating procedures, heuristics.	Objectives, performance targets, guided search, innovate.	Decisions, resource allocations, learning, capabilities.
Neo-institutional theory	Action guided by taken-for-granted categories, schemas, templates, logics.	Deviation, strategies, plans, maneuvering.	Reflexivity, theorization, justification, aggregation.

Fonte: Geels (2020).

Geels (2020) sugere que as dimensões não ocorrem todas juntas, e que variarão em função do contexto. Em momentos de maior estabilidade, prevalecerá a dimensão interacional, enquanto em momentos de mudança e incerteza, as dimensões projetiva e prático-avaliativa terão maior destaque. Para o autor, principalmente a discussão da teoria neoinstitucional, avança no sentido de demonstrar a agência incorporada nas trajetórias dos sistemas sociotécnicos.

No entanto, se microfundações significam a forma como o nível micro se relaciona com o macro, diversas questões ainda não foram abordadas, principalmente de forma que facilite investigações empíricas. Principalmente, como esta proposta é baseada no trabalho de Emirbayer e Mische (1998), as críticas discutidas na Seção 2.1 também se aplicam aqui. Pode-se questionar, por exemplo, quais fatores influenciam na forma como um ator interpreta uma instituição? Como esse processo ocorre? Que aspectos afetam a capacidade de ação dos atores? Quanto da influência institucional pode ser interpretado de maneira divergente? O estudo das microfundações é bastante complexo e ainda não possui consenso na teoria institucional, a qual, provavelmente, é a teoria que mais pode esclarecer essas questões. Na teoria institucional, principalmente como consequência dualidade estruturacional de Giddens, há um grande debate

sobre a questão “[s]e as instituições regulam e constituem indivíduos, como os indivíduos podem esperar alterar as instituições nas quais estão inseridos” (SCOTT, 2014, p. vii).

3. STRONG STRUCTURATION THEORY

Segundo Stones (2005), agência e estrutura são elementos muito interrelacionados e interdependentes: “[a]s estruturas sociais não são entidades reificadas desnudadas dos seres humanos e de suas qualidades irreduzíveis, assim como as visões e experiências que instigam os pensamentos e ações dos agentes sociais não são aquelas dos seres que são ilhas em si mesmos” (p. 4). Para Giddens (1984), as estruturas sociais são ‘virtuais’ e são colocadas em prática na produção e na reprodução da vida social (Giddens, 1984; Sewell, 1992; Stones, 2005). Para o autor “as propriedades estruturais dos sistemas sociais são tanto um meio quanto um resultado de práticas recursivamente organizadas” (Giddens, 1984, p. 25). Ou seja, ao mesmo tempo em que os agentes dependem da estrutura para agirem, essas estruturas são resultado das ações desses agentes. As ações dos agentes são, “simultaneamente[,] constrangidas (em algumas direções) e empoderadas (em outras) pelas estruturas sociais existentes” (Scott, 2014, p. 93).

Estruturas sociais podem ser entendidas como conjuntos de regras e recursos (Giddens, 1984). Regras são definidas como “procedimentos generalizáveis aplicados na realização (*enactment*) ou reprodução da vida social” (Giddens, 1984, p. 21). Sewell (1992) aponta que o termo ‘regras’ não seria o mais adequado, já que remete à ideia de “prescrições formalmente declaradas” (p. 9) e sugere entendê-las como ‘esquemas’. O autor propõe que “[a]s regras da vida social’ devem ser consideradas como incluindo todas as variedades de esquemas culturais”, assim como “as várias convenções, receitas, cenários, princípios de ação e hábitos de fala e gesto construídos com essas ferramentas fundamentais” (Sewell, 1992, p. 7-8). Por outro lado, Stones (2005) afirma que Giddens utiliza o termo ‘regras’ como uma forma abreviada de se referir às estruturas de significação e de legitimação. Significação refere-se a “‘esquemas interpretativos’ específicos [que] são usados para ‘comunicar’ o significado na interação com base em estruturas de significação”. Enquanto legitimação refere-se a “normas de ação específicas (conformistas ou transgressivas) [que] são contrastadas com o conhecimento prévio das normas situacionais vigentes fornecidas pela estrutura de legitimação” (p. 19).

Sobre o termo ‘recursos’, segundo Stones (2005), Anthony Giddens o utiliza para se referir a estruturas de dominação, as quais podem ser de dois tipos: (i) recursos alocativos, que referem-se à “capacidade transformadora” de comando sobre “objetos, bens ou fenômenos materiais”; e (ii) recursos de autoridade (*authoritative*), que referem-se a “tipos de capacidade transformadora que geram comando sobre pessoas ou atores” (Giddens, 1984, p. 33). Sewell (1992) também avalia criticamente as definições propostas por Giddens a respeito de recursos e propõe que há recursos de dois tipos: humanos e não humanos. Os recursos não humanos são “objetos animados ou inanimados, naturais ou fabricados, que podem ser usados para aumentar ou manter o poder”. Enquanto os recursos humanos são “força física, destreza, conhecimento e compromissos emocionais que podem ser usados para aumentar ou manter o poder, incluindo o conhecimento dos meios de obter, reter, controlar e propagar recursos humanos ou não humanos” (p. 9).

Para Stones (2005), umas das características que diferenciam a teoria da estruturação de outras abordagens das ciências sociais é a forma como estrutura e agente são conceituados e o fato de não analisar apenas a estrutura ou apenas a agência. O autor explica que, para a teoria da estruturação, a forma como os atores interpretam e entendem o mundo para agirem desempenha um papel indispensável no entendimento das estruturas sociais, assim como as estruturas sociais desempenham um papel igualmente importante no entendimento das práticas dos agentes. Essa relação ocorre via os três elementos descritos acima: significação, legitimação e poder.

Um dos objetivos da SST é explicitamente considerar e explicar os “mundos internos dos agentes”, o que se refere às formas como os indivíduos enxergam ou percebem as estruturas (Upham et al., 2018, p. 165). O elemento central do trabalho de Stones (2005) é o modelo da natureza quadripartida da estruturação, que se opõe à visão tradicional da teoria da estruturação que apenas contempla agência e estrutura em um processo recursivo de influência mútua. Já que a estrutura é tanto o ‘meio’ para a ação do agente quanto o ‘resultado’ dessa ação, Stones (2005) divide a estrutura proposta por Giddens em duas partes, uma ‘meio’, chamada ‘estrutura interna’, e outra ‘resultado’. Os quatro elementos ou momentos da SST são estrutura externa, estrutura interna, ação e resultado, conforme apresentado na Figura 1.

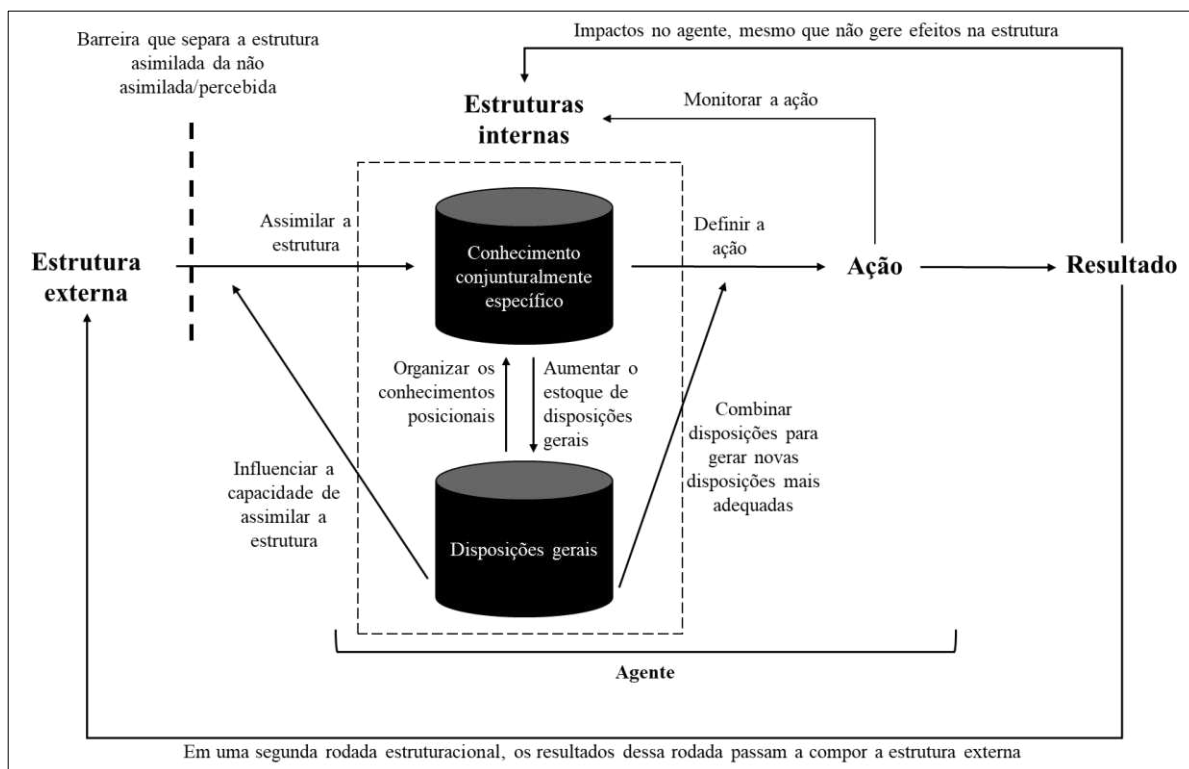


Figura 1 – Resumo esquemático da SST, considerando os processos do agente.

A SST consiste em uma análise que possui como ponto de referência a posição ocupada por um agente (ou grupo de agentes) – agente em foco. O que não significa assumir exclusivamente o ponto de vista desse agente, mas considerar a posição que o ele ocupa em uma estrutura. Por exemplo, um agente em foco em uma posição na qual possui relações estruturais com diversos outros agentes, ‘percebe’ apenas parte dessas relações ou de seu entorno, as demais relações que influenciam o agente em foco, mas que ele não percebe, podem ser percebidas apenas pelo pesquisador ou por outros atores, pelo menos até que o agente em foco adquira/receba um ‘conhecimento’ que o torne capaz dessa percepção (Stones, 2005). A descrição dos quatro aspectos da teoria torna essa discussão mais clara.

O primeiro elemento da SST é denominado, de forma mais completa, ‘estruturas externas como condições de ação’. Esses elementos estruturais existem de forma autônoma em relação ao agente em foco e formam o contexto de ação desse agente. Nessa abordagem, o conceito de estruturas externas deve ser voltado às estruturas que estiverem no horizonte de ação do agente em foco, seja na percepção do próprio agente ou do pesquisador. Como discutido, a estrutura externa corresponde às regras (estruturas de significação e de legitimização) e aos recursos (humanos e não-humanos) que estão de alguma forma relacionados ao agente em foco, mesmo que ele não tenha ciência dessa relação. Essa estrutura externa ao ator e anterior ao momento da estruturação está contemplada no trabalho de Giddens.

Stones (2005) afirma que “é apenas por meio de uma leitura altamente seletiva e obstinadamente antipática que alguém pode acreditar que Giddens considera que a estrutura não possui um papel ‘preexistente ou causalmente influente’” (p. 54).

O segundo aspecto é chamado ‘estruturas internas’ e refere-se a estruturas ‘internalizadas’ ou ‘assimiladas’ pelo agente em foco. Na concepção de Giddens (1984) de que as estruturas são tanto o ‘meio’ para a ação dos agentes quanto o ‘resultado’ dessas ações, essas estruturas internas são o ‘meio’ para a ação (Stones, 2005). Provavelmente, este é o aspecto que mais diferencia a SST da forma como outras abordagens tratam a relação entre agência e estrutura, incluindo trabalho institucional, lógicas institucionais e o modelo multidimensional da agência, proposto por Geels (2020), inspirado em Emirbayer e Mische (1998). As estruturas internas podem ser analiticamente divididas em duas partes que funcionam em conjunto: (a) ‘conhecimento conjunturalmente específico das estruturas externas’ e (b) ‘disposições gerais’ (*general dispositions*) ou *habitus*. Cada um desses dois tipos de estruturas internas tem relações diferentes com as estruturas externas.

As disposições gerais ou *habitus*, são os conhecimentos tomados como certo pelo indivíduo, o qual, normalmente, nem se dá conta que possui. São incorporados em esquemas corporais e traços de memórias utilizados de forma natural sem que o ator pense a respeito desse processo de acesso e utilização de determinada competência ou habilidade. Essas disposições gerais são estruturas externas que foram internalizadas ao longo da história de um indivíduo (ou conjunto de indivíduos) nos vários posicionamentos que ocupou e/ou ocupa. Logo, também estão relacionadas a uma mistura de processos de significação, legitimação e poder (ou a regras e recursos – outras denominações para a classificação dos elementos da estrutura). Já o conhecimento conjunturalmente específico, que também pode ser chamado de ‘posicional’, contém a “noção de um papel ou posição que [possui] várias regras e expectativas normativas” (Stones, 2005, p. 89), significa o “conhecimento que um agente possui sobre seu contexto de ação” (Stones, 2005, p. 90). Como exemplos de papéis ou posições se pode citar tanto os formalmente quanto os informalmente constituídos, como os de professor, gerente, filho, pai, amigo etc. Como parte da estrutura, as posições estão relacionadas a uma mistura de processos de significação, legitimação e poder. Segundo Stones (2005), esse conhecimento será “percebido, compreendido, categorizado, ordenado e reagido” (p. 90) com base nas disposições gerais do indivíduo. O conhecimento conjuntural é necessário porque o conhecimento já adquirido pelo indivíduo, o qual está incorporado na forma dessas disposições gerais (ou *habitus*), não contém os detalhes de cada conjuntura específica, os quais são necessários à ação.

O conhecimento conjunturalmente específico das estruturas externas pode ser analiticamente dividido em três: (i) conhecimento dos esquemas interpretativos (processos estruturais de significação), (ii) conhecimento das capacidades de poder (recursos) e (iii) conhecimento das expectativas e princípios normativos (legitimização/normas).

O terceiro aspecto – agência ativa – refere-se às “maneiras pelas quais o agente, rotineiramente e pré-refletivamente, ou estrategicamente e criticamente, utiliza suas estruturas internas”. Apesar de se referir ao momento dinâmico e ativo da estruturação, a ação “nunca pode flutuar livremente ou ser arrancado das outras partes do ciclo de estruturação” (STONES, 2005, p. 85-86). Apesar de ser evidente a relação entre as estruturas internas (conjunturais e disposicionais) e a ação dos agentes, Stones (2005) afirma que essa ação não é completamente moldada por essas estruturas e descreve cinco características desse processo, os quais um pesquisador deve considerar ao analisar o comportamento de um agente, mas que (novamente) não representam independência da estrutura. A primeira diz respeito à possibilidade de o horizonte de ação do indivíduo mudar no momento da ação. A segunda característica refere-se ao fato de que o comportamento do agente também pode conter “criatividade, improvisação e inovação”, o que não implica ações livres do contexto, “[a]o contrário, serão uma resposta às exigências da situação com base em uma *combinação* de orientações, princípios, hábitos e

habilidades sedimentadas no *habitus*” (Stones, 2005, p. 101, destaque no original). Essa combinação de orientações também não ocorrerá de maneira livre da estrutura. Ao contrário, serão influenciadas pela hierarquia de propósitos do ator (que será discutida no quinto ponto a seguir). Sobre a terceira característica, Stones (2005) afirma que o agente pode possuir diversos níveis de distância crítica ou reflexão, o que afeta sua capacidade de monitorar suas ações e pode resultar em reforço dos processos discutidos em relação às duas primeiras características. Em relação à quarta, o autor destaca que as diversas orientações estruturais podem resultar em conflitos internos diversos, como se houvesse uma “reunião de comitê” dentro da cabeça do ator. Esses conflitos geram emoções conscientes e inconscientes tais como “apego, aversão, repulsa, ansiedade e medo, passando por muitas formas grupais e individuais de identificação, apreensão e negação” (STONES, 2005, p. 103), as quais afetarão os processos relacionados às estruturas internas. E a quinta característica refere-se ao estabelecimento de uma hierarquia entre as diversas estruturas internas.

Por fim, o último elemento ou momento da SST é denominado ‘resultados’, os quais podem ser eventos e/ou alterações nas estruturas internas ou externas. “Os efeitos das práticas dos agentes em estruturas existentes podem envolver mudanças e elaboração ou reprodução e preservação”. Os resultados podem incluir o sucesso ou insucesso dos agentes em relação a seus propósitos, mesmo que não gerem efeitos na estrutura. Em relação à teoria da estruturação de Giddens, esse quarto aspecto reflete os impactos do processo estruturacional na estrutura. Em uma segunda ‘rodada’ de estruturação, essas estruturas passam a ser as estruturas externas (momento 1) (Stones, 2005, p. 85).

A SST descreve, adicionalmente, dois tipos de estrutura externa. Stones (2005) afirma que esta conceituação serve para “combater completamente a suspeita de que a teoria da estruturação está condenada a ser excessivamente voluntarista” (p. 111). A primeira é chamada ‘influência causal independente’, o que significa “estruturas externas que são constituídas, reproduzidas ou alteradas de forma totalmente independente do agente em foco, sem sua conformidade, independentemente de seus desejos e mesmo quando elas afetam diretamente sua vida”, como, por exemplo, “estruturas de emprego, assistência médica, pensões, mercado imobiliário, escalada militar” etc. (p. 111). A segunda é denominada ‘forças causais irresistíveis’. Ocorrem, segundo Stones (2005) “quando os agentes têm capacidade física para resistir a uma influência externa – agir de outra maneira – mas sentem que não têm a capacidade de resistir” (p. 111). Esse sentimento do agente é uma combinação das estruturas externas e de todos os elementos das estruturas internas. “As estruturas externas têm eficácia causal nesses casos, não porque sejam independentes da subjetividade dos agentes, mas, precisamente, porque uma subjetividade existente é influenciada [...] por restrições e pressões estruturais externas independentes” (p. 111).

A ideia de ‘forças causais irresistíveis’ é um dos principais pontos da SST para o estudo das microfundações em processos de manutenção e mudança institucionais e organizacionais. Essas forças resultam do fato de que os “agentes comprometem seu conjunto ideal de vontades, desejos e princípios para serem realistas” (p. 111) em relação ao que percebem/assimilam da estrutura. Se for possível “examinar a quantidade e a qualidade das opções viáveis disponíveis para agentes específicos, e examinar as micro variações na capacidade dos agentes de resistir e regular influências externas [...] dentro do contexto externo que os confronta” (p. 114) seria possível o desenvolvimento de iniciativas e políticas que facilitassem os processos de mudança (Stones, 2005, p 111-4). O autor sugere três propriedades que o agente deve possuir para resistir a uma determinada força irresistível: (i) “poder adequado para resistir” sem o risco de efeitos colaterais indesejados; (ii) “conhecimento adequado de possíveis alternativas de ação e de suas prováveis consequências”; e (iii) “distância crítica adequada”, o que possibilita adotar uma posição estratégica em relação ao contexto (p. 115). É importante notar que possuir essas características não significa a capacidade de um agente agir livre da estrutura (como em

Emirbayer e Mische (1998)), mas sim de conseguir perceber a estrutura de forma mais ampla e agir conforme outras influências que, provavelmente, resultariam em menos conflitos internos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender as influências recursivas entre agência e estrutura é essencial ao estudo da teoria institucional e de suas microfundações (Powell & Rerup, 2017) e, conseqüentemente, da perspectiva multinível no contexto das transições para a sustentabilidade. As diversas abordagens do neoinstitucionalismo, como trabalho institucional e lógicas institucionais, analisam ou enfocam diferentes aspectos desse processo, no entanto, ao trazer a agência de volta à teoria institucional, geram o risco de conduzirem ao reducionismo e ao individualismo (Meyer & Vaara, 2020).

A proposição de se adotar a teoria de Stones (2005) como base para as microfundações das instituições e da perspectiva multinível não pretende substituir as vertentes abordadas, mas sugere um modelo de análise que permitiria compreender um processo subjacente e oculto nessas abordagens. Esse processo pode servir como ferramenta nessas diversas vertentes. Dessa forma, a base para o conceito de microfundações deveria consistir no mecanismo por meio do qual um ator (individual ou coletivo), reflexivamente e pré-reflexivamente, utiliza um estoque de conhecimento (*habitus* ou disposições gerais) para interpretar seu contexto estrutural (regras e recursos) e decidir como agir, influenciado por aspectos de poder, legitimidade e significação. Se mais de uma opção de ação surgir, o ator escolherá (de forma mais ou menos reflexiva) a opção que mais estiver alinhada às suas motivações socialmente e historicamente construídas. Mais sinteticamente: a estrutura, após ser internalizada, é um ‘meio’, utilizado pelo ator, em sua ação. Esta proposição vai ao encontro da sugestão de Meyer e Vaara (2020) de considerar instituições e atores como elementos co-constituídos e co-construídos, ou seja, como construções sociais inextricavelmente ligadas uma a outra, auxiliando na superação da divisão micro e macro na análise de processos de mudanças institucionais.

Entender por meio de quais mecanismos é possível criar, destruir e manter instituições é um aspecto chave da teoria institucional. Segundo Powell e Rerup (2017, p. 312), “mais atenção aos processos e ações cotidianas, em oposição a eventos e choques exógenos” e “mais foco nos membros menos poderosos das organizações, em vez de apenas nos líderes”, assim como “maior ênfase nos aspectos culturais e cognitivos da vida organizacional”, podem beneficiar os estudos institucionais. Para Haack, Sieweke e Wessel (2019) o estudo das microfundações ‘rejuvenesce’ a teoria institucional e evita o risco de ela caminhar para atividades meramente taxonômicas, já que apenas denominar um processo ou estrutura não o explica. Dada a importância de se entender como a estrutura influencia as ações diárias dos indivíduos e vice-versa, o objetivo desse ensaio foi sugerir a SST como uma abordagem para as microfundações das instituições. Essa teoria, ao invés de tentar solucionar o *paradox of embedded agency*, faz com que ele desapareça, ou seja, que se torne um ‘*phantom problem*’ (Lok & Willmott, 2019).

Para tanto, este ensaio abordou discussões recentes sobre o *paradox of embedded agency* no contexto da teoria institucional e apresentou a SST como forma de recuperar a dualidade estrutural da teoria da estruturação. Por meio da utilização de uma teoria processual passível de utilização empírica espera-se que: (i) as contradições estruturais com as quais um ator lida no dia a dia sejam mais sistematicamente investigadas e evidenciadas; (ii) a proposição realizada contribua para o avanço da pesquisa empírica sobre microfundações, principalmente no sentido de se compreender como os atores absorvem e interpretam a estrutura para, finalmente, agir (Cardinale, 2018; Powell & Rerup, 2017); e (iii) a abordagem proposta lance luz sobre por que e como determinados sistemas sociotécnicos são mantidos, apesar de a necessidade de mudança parecer óbvia. Esse ponto pode ser especialmente útil ao desenvolvimento de estudos, ações e políticas públicas que possam ter “impacto [...] no mundo fora das universidades”, conforme proposto por Hampel et. al. (2017, p. 578).

5. REFERÊNCIAS

- Archer, M. S. (1982). Morphogenesis versus Structuration: On Combining Structure and Action. *The British Journal of Sociology*, 33, 455–483.
- Barley, S. R., & Tolbert, P. S. (1997). Institutionalization and Structuration: Studying the Links between Action and Institution. *Organization Studies*, 18, 93–117.
- Battilana, J., & D' Aunno, T. (2009). Institutional work and the paradox of embedded agency. In T. B. Lawrence, R. Suddaby, & B. Leca (Orgs.), *Institutional Work: Actor and Agency in Institutional Studies of Organizations* (p. 324). Cambridge University Press.
- Cardinale, I. (2018). Beyond Constraining and Enabling: Towards New Microfoundations for Institutional Theory. *Academy of Management Review*, 43, 132–155.
- Cardinale, I. (2019). On Action, Embeddedness, and Institutional Change. *Academy of Management Review*, 44, 673–676.
- DiMaggio, P., & Powell, W. W. (1991). Introduction. In W. W. Powell & P. DiMaggio (Orgs.), *The new institutionalism in organizational analysis* (p. 467). Chicago: The University of Chicago.
- Emirbayer, M., & Mische, A. (1998). What is agency? *American Journal of Sociology*, 103, 962–1023.
- Fuenfschilling, L. (2019). An institutional perspective on sustainability transitions. In F. Boons & A. McMeekin (Orgs.), *Handbook of Sustainable Innovation* (p. 219–236). Edward Elgar Publishing.
- Fuenfschilling, L., & Truffer, B. (2014). The structuration of socio-technical regimes - Conceptual foundations from institutional theory. *Research Policy*, 43, 772–791.
- Fuenfschilling, L., & Truffer, B. (2016). The interplay of institutions, actors and technologies in socio-technical systems - An analysis of transformations in the Australian urban water sector. *Technological Forecasting and Social Change*, 103, 298–312.
- Geels, F. W. (2002). Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. *Research Policy*, 31, 18.
- Geels, F. W. (2004). From sectoral systems of innovation to socio-technical systems: Insights about dynamics and change from sociology and institutional theory. *Research Policy*, 33, 897–920.
- Geels, F. W. (2011). The multi-level perspective on sustainability transitions: Responses to seven criticisms. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 1, 24–40.
- Geels, F. W. (2020). Micro-foundations of the multi-level perspective on socio-technical transitions: Developing a multi-dimensional model of agency through crossovers between social constructivism, evolutionary economics and neo-institutional theory. *Technological Forecasting and Social Change*, 152, 1–17.
- Giddens, A. (1979). *Central Problems in Social Theory: Action, structure and contradiction in social analysis*. London: Macmillan Education UK.
- Giddens, A. (1984). *Constitution of the Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Hampel, C. E., Lawrence, T. B., & Tracey, P. (2017). Institutional Work: Taking Stock and Making It Matter. In R. Greenwood, C. Oliver, T. B. Lawrence, & R. E. Meyer (Orgs.), *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (p. 558–590). London: SAGE Publications.
- Harmon, D. J., Haack, P., & Roulet, T. J. (2019). Microfoundations of institutions: A matter of structure versus agency or level of analysis? *Academy of Management Review*, 44, 464–467.
- Holm, P. (1995). The Dynamics of Institutionalization: Transformation Processes in Norwegian Fisheries. *Administrative Science Quarterly*, 40, 398–422.
- Lawrence, T. B., & Suddaby, R. (2006). Institutions and institutional work. In S. Clegg, C.

- Hardy, T. B. Lawrence, & W. Nord (Orgs.), *The SAGE Handbook of Organization Studies* (2^o ed, p. 215–254). London: SAGE.
- Lawrence, T. B., Suddaby, R., & Leca, B. (2009). *Institutional Work: Actor and Agency in Institutional Studies of Organizations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lawrence, T., Suddaby, R., & Leca, B. (2011). Institutional work: Refocusing institutional studies of organization. *Journal of Management Inquiry*, 20, 52–58.
- Lok, J., & Willmott, H. (2019). Embedded Agency in Institutional Theory: Problem or Paradox? *Academy of Management Review*, 44, 470–473.
- Markard, J., Geels, F. W., & Raven, R. (2020). Challenges in the acceleration of sustainability transitions. *Environmental Research Letters*. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ab9468>
- Meyer, R. E., & Vaara, E. (2020). Institutions and Actorhood as Co-Constitutive and Co-Constructed: The Argument and Areas for Future Research. *Journal of Management Studies*, 57, 898–910.
- Ocasio, W., Thornton, P. H., & Lounsbury, M. (2017). Advances to the Institutional Logics Perspective. In R. Greenwood, C. Oliver, T. B. Lawrence, & R. E. Meyer (Orgs.), *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (p. 509–531). London: SAGE Publications Ltd.
- Powell, W. W., & Rerup, C. (2017). Opening the Black Box: The Microfoundations of Institutions. In R. Greenwood, C. Oliver, T. B. Lawrence, & R. E. Meyer (Orgs.), *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism* (2^o ed). London: Sage.
- Rip, A., & Kemp, R. (1998). Technological Change. In S. Rayner & E. L. Malone (Orgs.), *Human Choices and Climate Change* (p. 327–399). Columbus: Battelle.
- Roberts, C., & Geels, F. W. (2019). Conditions for politically accelerated transitions : Historical institutionalism , the multi-level perspective , and two historical case studies in transport and agriculture. *Technological Forecasting & Social Change*, 140, 221–240.
- Scott, W. R. (2014). *Institutions and Organizations: Ideas, Interests, and Identities* (4^o ed). California: SAGE.
- Seo, M.-G., & Creed, D. (2002). Institutional Contradictions, Praxis, and Institutional Change: A Dialectical Perspective. *Academy of Management Review*, 27, 222–247.
- Sewell, W. H. J. (1992). A Theory of Structure: Duality , Agency, and Transformation. *The American Journal of Sociology*, 98, 1–29.
- Stones, R. (2005). Structuration Theory. In *Traditions in Social Theory*. London: Macmillan Education UK.
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (1999). Institutional Logics and the Historical Contingency of Power in Organizations : Executive Succession in the Higher Education Publishing Industry , 1958 –. *American Journal of Sociology*, 105, 801–843.
- Thornton, P. H., Ocasio, W., & Lounsbury, M. (2012). *The Institutional Logics Perspective: A New Approach to Culture, Structure, and Process*. Oxford: Oxford University Press.
- Upham, P., Dütschke, E., Schneider, U., Oltra, C., Sala, R., Lores, M., ... Bögel, P. (2018). Agency and structure in a sociotechnical transition: Hydrogen fuel cells, conjunctural knowledge and structuration in Europe. *Energy Research and Social Science*, 37, 163–174.

ⁱ Instituições são estruturas que foram institucionalizadas, ou seja, que adquiriram a característica de ser reproduzidas de forma relativamente automática (Cardinale, 2018). Dessa forma, para os objetivos deste ensaio, os termos estrutura e instituição serão utilizados de forma intercambiável (Barley & Tolbert, 1997; Cardinale, 2018).

ⁱⁱ As citações diretas realizadas neste ensaio foram traduzidas pelos autores. Por uma questão de fluidez do texto, foram omitidas as indicações de “tradução dos autores” em cada citação.